

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo [não feche esta janela](#). Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



O equilíbrio peninsular

Luís Tomé *

Janus 99-00

A doutrina estratégica e a prática político-diplomática portuguesas quase sempre foram a de afirmar a identidade num exercício de descontinuidade ou mesmo de contraposição relativamente à Espanha. Essa descontinuidade estava bem expressa no facto de, até há pouco tempo atrás, não partilharmos praticamente nenhuma relevante organização económica ou de defesa com os nossos vizinhos. Hoje, porém, a situação é radicalmente diferente. O *membership* de Portugal e da Espanha é praticamente coincidente: os dois países ibéricos estão inseridos no mesmo sistema colectivo de defesa e participam praticamente nas mesmas organizações, em particular na União Europeia. Entretanto, reforçaram-se os laços e aprofundaram-se as relações entre os dois Estados da Península, diluindo-se a desconfiança de séculos. Que significa esta evolução estratégica? Será esta aproximação reflexo das tendências "iberistas"?

Por outro lado, o desequilíbrio visível entre Portugal e a Espanha a muitos níveis, nomeadamente nos *timings* de modernização, parece deixar a sociedade portuguesa à mercê do "fantasma espanhol" e do seu expansionismo económico, perigo tanto maior se a Europa considerar esse desfasamento um dado adquirido e definitivo, conferindo à Espanha o exclusivo ou a hegemonia na representação do espaço peninsular. Que significa isto? Será que Portugal está condenado a ser uma mera região da Península tutelada por Madrid?

Geomorfologia, Geoetnografia e Geopolítica

A evolução histórica consubstancia uma viabilização de Portugal no seio da Península, o que constitui uma verdadeira "revolta contra a geografia". Na verdade a qualquer observador choca a diversidade de Portugal, pois quase todos os geógrafos e historiadores têm apontado a unidade geomorfológica da Península Ibérica, isto é, que o Minho continua geograficamente a Galiza, que Trás-os-Montes e a Beira prolongam os planaltos de Leão e de Castela-a-Velha, que a Extremadura espanhola partilha a mesma terra de oliveira, de trigo, de azinheira, de sobro e que o Algarve se aparenta com a Andaluzia. O Douro, o Tejo e o Guadiana são igualmente rios comuns.

Por outro lado, a Península forma um todo uno, havendo uma real delimitação desta com outras zonas exteriores. De facto, na perspectiva geomorfológica, a Península Ibérica é um quadrilátero com cerca de 600.000k², situada a ocidente da Europa, alargando-se, do ponto de vista geopolítico, pelo oceano Atlântico e pelo Mediterrâneo.

A posição de Castela no centro facilitou-lhe e facilita-lhe um controlo mais fácil sobre a Península, na medida em que ela é o eixo geográfico desta. O que expressa bem a paradoxalidade da independência portuguesa, visto que a meseta desce sobre a costa atlântica virtualmente sem nenhum obstáculo físico, pelo que acentua o carácter de fachada marítima de Castela.



Estes factores demonstram que, mesmo que a coerência geomorfológica, dentro do seu equilíbrio de alteridades, não obstrua a constituição de culturas próprias, a diferenciação só será vincada se for acompanhada por uma vontade colectiva baseada num processo histórico-cultural que combina factores intrínsecos e influências externas. O rectângulo continental português foi, primeiro, cosido a golpes de espada e tiros de canhão, depois pelo sábio aproveitamento dos estuários marítimos e da sua ligação marítima (Atlântico) como forma de viabilização geográfica.

De qualquer forma, a ameaça castelhana foi uma constante e uma condicionante das políticas nacionais: esse vizinho era o "muro" que envolvia todo o nosso corpo terrestre – o resto são 850 km de fachada atlântica. Por isso, durante séculos, Portugal saiu da Península e projectou-se no mundo pela porta do Atlântico, funcionando quase como uma "ilha" porque estava de costas voltadas para o gigante da meseta ibérica – o castelo de Pinhel ainda mostra dois cus em pedra às terras do outro lado da fronteira... Ainda no século XIX Alexandre Herculano levantou o verbo inflamado contra o caminho-de-ferro que, ao ligar Madrid a Lisboa, colocava esta cidade a menos de 24h de uma invasão do exército espanhol!

Iberismo

Por iberismo, em sentido lato, denominam-se as tendências políticas que pugnam pela unidade da Península Ibérica, tendências essas que perpassam toda a história peninsular. Desde o século XIX, a corrente iberista associou-se à necessidade de afirmação de Portugal e de Espanha face às outras potências europeias. Contudo, em Portugal o iberismo nunca foi uma corrente muito marcante, e se teve alguma expressão em alguns momentos dos séculos XIX e XX, era por ser encarado como um reequilibrador da dependência lusa face à Grã-Bretanha.

A verdade é que, historicamente, o papel do iberismo na aproximação dos povos peninsulares foi completamente irrelevante. Pelo contrário, as aproximações luso-espanholas só ocorreram num contexto de absoluto reconhecimento, por parte da Espanha, da soberania, identidade e independência de Portugal, isto é, com a aceitação da existência natural de dois Estados na Península Ibérica. Compreende-se, assim, que as primeiras grandes aproximações políticas à Espanha, neste século, tenham sido feitas por homens inquestionavelmente nacionalistas como os dirigentes do Estado Novo.

A extrema sensibilidade portuguesa em relação ao seu grande vizinho manifesta-se também nalguns pormenores, como quando, em 1983, Lisboa recusou enfaticamente a designação de "cimeira ibérica" para as reuniões ao mais alto nível que institucionaliza com Madrid. As cimeiras seriam "luso-espanholas", acentuando bem a diferença entre dois Estados soberanos.

Por outro lado, essas aproximações são sobretudo geradas pelas contingências internacionais, pelo sistema geopolítico, geoestratégico e geoeconómico mundial. Foi assim durante a II Guerra Mundial, ou na aliança anticomunista durante a Guerra Civil espanhola e depois no período de Guerra Fria. De igual modo, a crescente aproximação política e económica resulta da integração nas Comunidades (em simultâneo), da adesão da Espanha à NATO (apenas em 1981), e do processo de globalização e transnacionalização europeia e mundial. Ou seja, resultou mais uma vez, do impulso do contexto internacional.



Novo enquadramento e revolução nas relações luso-espanholas

Nas décadas de 1980 e 1990 assistiu-se à diluição, entre avanços e recuos, da desconfiança de séculos. A entrada da Espanha na NATO, embora encarada como uma ameaça para a valorização e a autonomia estratégica do território nacional e para o mito da relação próxima com a potência marítima, faz com que Portugal e a Espanha partilhem, pela primeira vez, a mesma organização de defesa colectiva. Mas a verdadeira revolução no relacionamento entre Portugal e a Espanha ocorre na sequência da adesão simultânea às Comunidades Europeias. Com este passo, deixava de ser sustentável o tradicional distanciamento.

A nível económico, em pouco tempo, a Espanha passou a ser o nosso principal parceiro comercial, consolidando-se esta situação com o Mercado Único e a liberdade de circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas.

A nível político, a convergência de interesses dos dois países relativamente ao flanco sul da Europa, à estabilização face ao Magrebe e o incentivo comum dado à UE com vista a um interesse maior pela América Latina, vão forjando laços e hábitos mais consistentes, num clima propício a uma maior abertura entre os dois países vizinhos.

Na experiência comunitária, apesar de a imagem de Portugal continuar a ser a do "velho aliado da Grã-Bretanha", Lisboa aparece muito mais vezes ao lado de Madrid do que de Londres. E esta é uma tendência que parece acentuar-se pela aposta conjunta luso-espanhola na moeda única e na nova atitude de Portugal, mais autoconfiante e menos tímido, aberto à implementação de novos passos com vista à união política europeia.

No entanto, apesar das perspectivas convergentes, há ainda um vasto leque de divergências e de receios nacionais relativamente ao eterno "fantasma castelhano". Um primeiro temor prende-se com as ambições espanholas no quadro europeu e internacional. Madrid aposta claramente numa estratégia de maximizar politicamente a sua pertença à União Europeia, ávida que está de protagonismo, exigindo o reforço do seu peso específico na delicada questão da reforma institucional.

Esta postura foi bem visível quando a própria Espanha propôs, em 1994, um "Directório" dos cinco grandes, a que Portugal reagiu intransigentemente porque está do outro lado da barricada, o dos pequenos países de forte tradição e identidade nacional. Lisboa mantém uma visão essencialmente economicista da sua participação na União Europeia, mas para evitar conferir à Espanha o exclusivo ou a hegemonia na representação do espaço peninsular, a estratégia nacional passa, agora, na impossibilidade de manter a descontinuidade relativamente ao seu vizinho espanhol, por evitar a todo o custo uma posição de marginalização, procurando a proximidade relativamente ao centro detentor da iniciativa estratégica.

É neste contexto que se entendem opções mais "europeístas" como a adesão desde o início ao sistema de Schengen, a determinação em integrar o "pelotão da frente" da moeda única, ou as posições mais favoráveis ao reforço da identidade europeia de segurança e defesa.

O expansionismo económico da Espanha e a visibilidade dos investimentos espanhóis em Portugal ajuda a fomentar velhos "receios" e, porventura, a fazer reemergir tendências iberistas. A interdependência económica é de tal forma significativa que vai sendo cada vez mais voz corrente dizer que o nosso país se tende a tornar numa província ibérica.



Contudo, se compararmos as relações económicas entre os dois países com outros exemplos de vizinhos semelhantes, facilmente se verifica que o grau de integração das duas economias ainda é inferior ao que se regista entre a Alemanha e a Áustria, ou entre a Alemanha e a Holanda. Isto resulta não apenas da participação conjunta na UE mas também do próprio processo de integração, de liberalização, de globalização da economia europeia e mundial.

De resto, a sólida e secular identidade nacional e cultural de Portugal afasta qualquer fantasma, até porque todos os processos verificados na aproximação com a Espanha resultam de um absoluto reconhecimento da existência de dois Estados independentes e soberanos na Península. Se deixar de ser assim, mais do que a própria identidade e independência nacional, serão as próprias relações luso-espanholas a estar em causa.

Informação Complementar

Cenários de evolução prospectiva nas relações luso-espanholas

Cenário A

- Portugal consegue um maior equilíbrio nos índices mútuos de crescimento, desenvolvimento e modernização.
- Num contexto de reconhecimento, e respeito mútuo das individualidades e soberanias respectivas, manutenção e/ou aprofundamento das formas de cooperação entre Portugal e Espanha.
- Evolução dos processos de integração e alargamento europeu, garantindo os interesses fundamentais de Portugal, nomeadamente evitando a concretização de um "Directório" dos grandes que marginalize os pequenos Estados como Portugal.
- O *membership* de Portugal e Espanha continua praticamente coincidente, com o reforço da cooperação de ambos em áreas estratégicas que lhe são comuns, como o Norte de África, a bacia do Mediterrâneo, a América Latina e o reforço do flanco sul da Europa no quadro comunitário.

Reforço do papel autonómico e da individualidade estratégica de Portugal no quadro da segurança europeia e atlântica, bem como da sua "especificidade" quer na vertente africana e lusófona, quer por via da ligação privilegiada à potência marítima. Reforço da individualidade e da influência de Portugal nos destinos da Península e da sua "especificidade" no quadro internacional; maior aprofundamento das relações luso-espanholas num quadro de parceria.

Comentário: Este é claramente um quadro positivo que tem em conta o facto de a Espanha permanecer, muito provavelmente, inserida nos mesmos enquadramentos político-militar e económico que Portugal, tornando-se imprescindível a manutenção da integração europeia como forma de garantir simultaneamente os recursos indispensáveis a um desenvolvimento nacional e de controlo decisivo sobre algumas das actividades espanholas. Neste quadro, a autonomia de Portugal assenta nas potencialidades da economia aberta, valorizando-se como fachada atlântica da Península. Esta litoralização deve conectar-se com a trans-continentalidade através do apoio a rotas atlânticas que envolvam os continentes europeu, africano e americano.



Cenário B

- Aumento do desfasamento dos índices de desenvolvimento e modernização entre Portugal e Espanha.
- Peso e influência excessiva de Espanha na nossa economia e nos assuntos "Ibéricos" em geral.
- Evolução da UE contrária aos interesses nacionais, nomeadamente por via da criação de um "Directório" dos grandes que inclua a Espanha, e marginalize ou periferize Portugal.

Subalternização das políticas nacionais a Bruxelas e a Madrid. As relações luso-espanholas evoluíam num quadro da dependência que comprometeria a soberania nacional, uma vez que a Europa e o Mundo aceitariam a representação hegemónica ou exclusiva da península pela Espanha; A prazo, este cenário poderia conduzir a uma nova estratégia de distanciamento relativamente à Espanha e a um afastamento do projecto europeu.

Comentário: Este cenário seria altamente gravoso para os interesses nacionais pois limitaria a nossa "liberdade de acção" e favoreceria, eventualmente, as correntes "iberistas", deixando a sociedade portuguesa mais à mercê do "muro castelhano", ainda que se admita a manutenção da independência política e da individualidade cultural de Portugal. Por outro lado, num quadro deste tipo, é de crer que Portugal se afastaria progressivamente do projecto europeu, privilegiando alternativas extraeuropeias que estão na sua tradição político-diplomática, nomeadamente com a comunidade dos países lusófonos, procurando reforçar ainda a ligação "especial" à potência marítima (os EUA) e à velha aliada Inglaterra.

Portanto, este cenário de evolução mais negativo pode tanto eclipsar o papel de Portugal na península, por via da hegemonia espanhola, subalternizando-nos, como pode também fazer evoluir negativamente as relações luso-espanholas para uma nova estratégia nacional de "descontinuidade" relativamente aos nossos vizinhos, isto é, o regresso à estratégia que prosseguimos durante séculos.

Cenário C

- Degradação política e económica em Espanha, com progressos dos movimentos secessionistas em relação a uma ou mais províncias actualmente espanholas.
- Apesar da instabilidade, o processo de desintegração política em Espanha decorre pacificamente; consequentemente, surgem mais parceiros no diálogo ibérico com quem Portugal tem de reforçar laços.
- As relações luso-espanholas mudavam de natureza, evoluindo originalmente para um diálogo multilateral na Península, porventura aumentando o peso e a influência de Portugal no contexto peninsular.

Ou

- Por via da resistência "central e aglutinadora" tradicional de Madrid, agravam-se as tensões e eclodem mesmo conflitos violentos. Grava instabilidade na Península, num verdadeiro "estado de emergência", com possível evolução da Espanha [pelo menos] para um regime não democrático.

As relações luso-castelhanas desenvolvem-se num quadro negativo de total instabilidade, que inevitavelmente ultrapassaria a fronteira.

Comentário: um cenário de "desintegração política da Espanha" actual, ou pelo



menos, do reforço de autonomia de algumas das suas províncias, pode favorecer o peso e a influência de Portugal no contexto ibérico. Mas um tal cenário pode, facilmente, resvalar para um quadro de extrema instabilidade na península que, certamente, afectaria negativamente o nosso país. É, pois, um cenário que, a evoluir, encerra para nós elementos de preocupação e eventual fricção com os nossos vizinhos.

***Luís Tomé**

Licenciado em Relações Internacionais pela UAL. Investigador da NATO. Docente na UAL.